

2020

Posicionamento Indústria Brasileira do Cimento



Associação
Brasileira de
Cimento Portland



SNIC

SINDICATO NACIONAL DA
INDÚSTRIA DO CIMENTO

30/11/2020

O Brasil, como signatário do Acordo de Paris, compromisso internacional assumido com o objetivo de reduzir a emissão de gases de efeito estufa e assegurar que o aumento da temperatura global fique abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais - e envidando esforços para limitar este aumento a até 1,5°C - tem na indústria nacional de cimento uma grande aliada.

Sua constante e empreendedora conduta a respeito das questões relacionadas ao meio ambiente tem mostrado, há anos, uma série de esforços para contribuir neste processo e reduzir as emissões de gases de efeito estufa; como exemplo, podemos destacar a intensificação do uso de matérias-primas e combustíveis alternativos e a ampliação da eficiência energética do setor.

Tais iniciativas têm permitido que a indústria brasileira registrasse – desde o início da contabilização de emissões, em 1990, até hoje – um dos menores níveis mundiais de emissão de CO₂ por tonelada de cimento produzido, de acordo com dados internacionais da Associação Global de Cimento e Concreto (GCCA, em inglês), que congrega o maior banco de dados de emissões de um único setor industrial no mundo¹.

E os esforços não param por aí. Em parceria com a Agência Internacional de Energia (IEA), a Corporação Financeira Internacional (IFC) – do Banco Mundial, o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD) e uma série de renomados cientistas brasileiros, a indústria do cimento do Brasil lançou em 2019 o Mapa Tecnológico do Cimento (ou *Cement Technology Roadmap*, em inglês), ambicioso projeto que identifica meios para reduzir, ainda mais, as já baixas emissões de CO₂ do setor até 2050².

O mundo está migrando rapidamente para economias de baixo carbono. Sistemas e mecanismos de precificação de carbono estão se disseminando, de forma crescente, nas diferentes regiões do globo.

Na linha de tantos outros países, o Brasil está atualmente discutindo os impactos e as oportunidades geradas por estes instrumentos de precificação, assim como a sua inclusão no pacote de instrumentos voltados à implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) no pós-2020.

É com o intuito de continuar a contribuir com a agenda de mudanças climáticas que a indústria nacional do cimento se compromete a manter contínuo seu engajamento

¹ <https://gccassociation.org/sustainability-innovation/gnr-gcca-in-numbers/>

² <http://snic.org.br/relatorio-roadmap.php>

com relação ao tema e a compartilhar sua experiência na implementação de iniciativas que levem o Brasil a uma economia de baixo carbono.

Neste sentido, é imprescindível para o setor que as políticas públicas de mudanças climáticas, **como uma eventual precificação do carbono**, levem em conta que:

- **Discussões sobre a inclusão do setor em instrumento de precificação devem considerar também o contexto internacional**, visto que a indústria do cimento no Brasil já apresenta um dos menores índices de intensidade carbônica do mundo (590 kg/ton de cimento versus 637 kg/ton de cimento da média mundial, de acordo com o banco de dados internacional da GCCA).³
- **Esforços históricos devem ser levados em conta**, considerando as ações de mitigação implementadas voluntariamente pelo setor no Brasil que o ajudaram a se posicionar em um patamar de vanguarda e referência internacional há quase três décadas, desde o início da contabilização das emissões pelo setor, em 1990.
- **A sobreposição de mais de um instrumento de precificação de carbono deve ser evitada**. Ou seja, é importante garantir que um mesmo agente econômico não seja exposto a uma dupla tributação de CO₂, situação que poderia ocorrer caso instrumentos de *imposto* e *mercado* coexistam na política de mitigação.
- **Os esforços de redução de emissões devem ser distribuídos entre todos os setores econômicos**, mesmo entre os que, porventura, não forem abarcados por uma política de precificação, garantindo o pleno atingimento da NDC Brasileira.
- **Um sistema de Monitoramento, Relato e Verificação (MRV) robusto e confiável deve ser implementado** antes que uma política de precificação de carbono entre em vigor. O setor de cimento, por exemplo, já possui um sólido e reconhecido instrumento para MRV, aplicado e padronizado internacionalmente há quase 20 anos, que deve contribuir significativamente com o governo brasileiro neste aspecto.
- **Sistemas de precificação via *mercado*, em detrimento da *taxação*, devem ser priorizados**. Caso um sistema de precificação de carbono venha a ser implementado no Brasil, que seja prioritariamente via mercado de carbono, de

³ https://gccassociation.org/gnr/geo/GNR-Indicator_59cAGWct-geo.html

forma setorial e incluindo todos os setores intensivos em CO₂, favorecendo assim a competitividade e a inovação industrial.

- **Uma agenda de implementação gradual deve ser discutida**, permitindo, a exemplo de outros países, um período de maturação e aprendizagem por parte dos agentes regulatórios e regulados, considerando também mecanismos compensatórios na forma de alocações gratuitas.
- **Fugas de carbono devem ser evitadas**, através de mecanismos de ajuste de fronteira ou similares – caso haja diferenças no arcabouço regulatório da União e de Estados e municípios, ou mesmo no comércio internacional.
- **Instrumentos de fomento a tecnologias e processos mais eficientes devem ser considerados**, favorecendo a geração de produtos com menor intensidade de carbono, como: acesso a linhas de crédito com taxas diferenciadas para projetos de redução de emissões; licitações de obras públicas priorizando produtos de baixa intensidade carbônica; pacotes de estímulo financeiro a linhas de pesquisa científica e inovação; redução de alíquotas de importação para equipamentos importados - sem similar nacional - que promovam a mitigação de CO₂; entre outros.

O cimento é fundamental para suprir as principais necessidades do País: habitação e infraestrutura. É inegável sua função social primordial como parte integrante do concreto, o material mais consumido no mundo depois da água. Essas afirmações carregam em si uma responsabilidade, sobretudo ambiental, muito importante.

Ciente da contribuição que o setor pode dar ao Brasil para reduzir suas emissões e cumprir suas metas no Acordo de Paris, a indústria de cimento brasileira deseja construir junto com a sociedade e com o governo o caminho que pavimentará o acesso do país à economia de baixo carbono.